

# Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur  
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima  
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt  
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato  
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)  
3.º SECRETÁRIO — David Federmann  
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério  
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo  
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni  
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)  
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Eley Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel  
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo  
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

## SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva  
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)  
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

##### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo  
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)  
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)  
REUNIÕES — As terças-feiras  
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza  
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho  
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

##### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

##### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto  
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)  
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

##### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)  
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973



**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 88.ª Sessão (Extraordinária)**  
**Realizada em 29 de Maio de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, Secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Basilio Zanusso.

As 14 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Wilson Fortes — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (44) — achando-se ausentes os seguintes Deputados: Arthur de Souza — João Fadel e Sebastião Rodrigues Júnior (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
 Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 44 Srs. Deputados.  
 Em discussão a seguinte Proposição.

**DISCUSSÃO ÚNICA** — da Proposição n.º 128-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 103-72, de autoria do deputado Alvaro Dias, que declara de Utilidade Pública, o Diretório "Frederico Hermann", pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 204-72.

**3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 89.ª Sessão Ordinária**  
**Realizada em 29 de Maio de 1973**  
**(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Arthur de Souza — João Fadel e Sebastião Rodrigues Júnior. (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**MENSAGENS:**

Mensagem n.º 49-73

Curitiba, 24 de maio de 1973

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência, na forma constitucional, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando declarar a isenção do imposto sobre transmissão, a qualquer título, de bens imóveis, por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Envio, em anexo, como parte integrante desta mensagem, cópia da exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, consubstanciada no ofício n.º 262-73.

Usando faculdade constitucional, solicito a apreciação da matéria no prazo do § 3.º do art. 25 do estatuto básico do Paraná.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.  
 (a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Tendo em vista o disposto nos artigos 98, 97, VI e 179 do Código Tributário Nacional, combinado com as seções 1, 9 e 10 do Artigo XI do Convênio Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, aprovado pelo Senado Federal através do Decreto Legislativo n.º 18 de 7 de dezembro de 1959, fica declarada a isenção, à essa Instituição financeira, do imposto a que se refere o inciso I do artigo 23 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Of. n.º 262-73

Curitiba, 22 de maio de 1973

Senhor Governador.

Encaminho ao crivo de Vossa Excelência o incluso esboço de lei que visa declarar a isenção do imposto sobre a transmissão, a qualquer título, de bens imóveis por natureza e acessão física e de direitos reais sobre imóveis, ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Adoto, nessa oportunidade, como exposição de motivos, o parecer n.º 679-73 da Procuradoria Geral e Consultoria Jurídica da Fazenda, que apreciou a matéria ora submetida ao exame de Vossa Excelência.

Valho-me ao ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos de real estima e distinta consideração.

Mauricio Schulmann — Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor  
 Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
 Digníssimo Governador do Estado do Paraná  
 NESTA CAPITAL

**PROCURADORIA GERAL E CONSULTORIA JURÍDICA DA FAZENDA**

FROT. 06353-73 — S.F.  
 DOC. 2700-73 — P.G.F.

**PARECER N.º 679-73**

Interessado: — Banco Interamericano de Desenvolvimento — B.I.D.  
 Assunto: — Isenção de Impostos.

Requer o Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID (Inter-American de Development Bank) organização financeira internacional com sede em Washington D.C., por seu Procurador, seja expedida guia de isenção ou declaração de isenção do pagamento do tributo incidente sobre bens imóveis que empresa devedora irá transferir como dação em pagamento.

O histórico da operação financeira a que se prende o fato e as alegações de imunidades tributárias de que goza o Requerente, são explanados claramente na petição dirigida ao Titular da Pasta da Fazenda do Estado.

Dois aspectos observamos no processo, ambos referentes ao sujeito passivo da obrigação tributária, aliás no final da petição inicial, o próprio requerente configura-se como adquirente.

Este aspecto, o do Banco ser o adquirente, analisaremos adiante e negamos desde já, a validade da pretensão de isenção quando o Banco for ou transmissor ou o interessado nos leilões que por acaso ocorram, pelo simples fato de não ser, nesta hipótese, o sujeito passivo da obrigação tributária.

Vejamos portanto, o aspecto legal da isenção que solicita o requerente, entidade financeira internacional.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi constituído de conformidade com um Convênio, que tem entre os signatários, o nosso País, que aprovou o Convênio Constitutivo através do Decreto Legislativo n.º 18 de 1.959.

No Convênio, a Sessão 9 do art. XI declara em sua letra "a":

"a) — O Banco, seus bens, sua receita e seus outros ativos, assim como as operações e transações que realize de acordo com este Convênio, estarão isentos de qualquer tipo de impostos, taxas, ou direitos aduaneiros.

O Banco estará igualmente isento de qualquer responsabilidade para com o pagamento, a retenção ou a arrecadação de qualquer imposto, contribuição ou direitos."

O requerimento e as alegações de isenção, devem ser analisadas concretamente através do fato gerador do imposto, se há ou não a obrigação tributária e se houver, qual o dispositivo legal que o dispensa do pagamento.

A Constituição do Brasil autorizou o Estado a instituir o imposto privativo do inciso I do art. 22. O Estado o fez, através da lei n.º 5.464-66.

Diz o art. 1.º da mencionada lei e seu parágrafo único:

"O imposto, de competência dos Estados, sobre a Transmissão de bens imóveis e de direito a eles relativos, tem como fato gerador:

I — a transmissão, a qualquer título, de propriedade ou de domínio útil de bens imóveis por natureza ou por acessão física como definidos na Lei Civil.

II — a transmissão, a qualquer título, de direitos civis sobre imóveis, exceto os direitos civis de garantia.

III — a cessão de direito às transmissões referidas nos incisos I e II.

Parágrafo único: — Para os efeitos desta Lei é adotado o conceito de imóvel e da cessão constante da lei civil."

Por outro lado também o Capítulo III da Lei n.º 5.464, "Insujeição Passivo-Tributária", não beneficia o interessado dessa forma não há dispensa do pagamento amparada na legislação estadual.

Ao lado dessa partilha constitucional, instituíram-se, apenas, as limitações insertas no inciso III do art. 19 e no § 3.º do art. 23. Inexistem, portanto, outras limitações ao poder de tributar do Estado.

Por outro lado, a União não exercitou o poder conferido no § 2.º do art. 19 da Constituição do Brasil, para a efetivação de dispensa do pagamento do tributo estadual.

Vejamos agora o que diz o Código Tributário Nacional sobre a matéria.

A lei n.º 5.172 de 26 de outubro de 1966 estatui em seu art. 98:

"Os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pelo que lhes sobrevenha".

O Código Tributário Nacional, — lei de natureza complementar —, não é instrumento suficiente, do ponto de jurídico — legal, para instituir limi-



tação ao poder de tributar do Estado. O que se reconhece, com respaldo na parte in fine do § 1.º do art. 18 da Constituição do Brasil, é a oportunidade do referido Código de apenas regulamentar as limitações constitucionais ao poder de tributar.

Não poderia, portanto, se levar em consideração, no atual regime constitucional, que o art. 98 do C.T.N. tenha o condão por si só, de instituir limitação a poder que o estatuto básico conferiu ao Estado, sem parâmetros, ressalvados, obviamente, aqueles casos acima explicitados.

Não se pode, todavia, anatematizar como inaplicável a regra do citado art. 98 do C.T.N. Ao converso, ele é perfeitamente subsistente e no caso emergente funciona como norma geral de direito tributário tendente a resguardar os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil, devendo, todavia, na sua execução, caminhar-se pelos canais próprios — no caso a LEI adequada.

A isenção preconizada na Sessão 9 do artigo XI é, por isso mesmo, programática, ficando adstrita à sua inteligência conjugada com a Seção I e Seção 10 do mesmo artigo do invocado Convenio, que dizem:

#### “Seção I. Finalidade do artigo

Para habilitar o Banco a atingir seu objetivo e a cumprir as funções que lhe são confiadas, ser-lhe-ão concedidas, no território de cada um dos países membros, a situação jurídica, as imunidades, as isenções e os privilégios estabelecidos neste artigo.

#### Seção 10. Cumprimento do Presente Artigo.

Os países membros adotarão as medidas necessárias, de acordo com seu regime jurídico, para tornar efetivos, nos seus respectivos territórios, os princípios emucados no presente artigo, e informarão o Banco sobre as medidas que tenham tomado para esse fim”.

O exame desses preceitos leva à inferência de que a citada Seção 9. não é bastante em si, necessitando, por via de consequência, de instrumento hábil que lhe possibilite a aplicação, esta inevitável face ao art. 98 do C.T.N.

Como não há limitação constitucional para a tributação da operação descrita pelo BID, nem lei complementar da União concedendo isenção do pagamento do imposto estadual, considerando, por outro lado, a norma geral contida no art. 98 do C.T.N., bem como os próprios preceitos programáticos do Convenio, a única via para se materializar o compromisso assumido pelo Brasil, seria a da lei ordinária do poder competente — O Estado do Paraná. No caso, portanto, só é defeso isentar aquele que tem o poder de tributar e o motivo da isenção é o Convenio e o art. 98 do C.T.N. A via é, vale repetir, a da Lei, em cuidado ao princípio da reserva legal do art. 97, VI do C.T.N. (exclusão do crédito tributário).

Pelo próprio texto do Convenio, a isenção de quaisquer impostos e taxas não é auto — executável. E se o instrumento fosse taxativo, também não seria auto-aplicável em termos estaduais. A isenção convencional deveria, nesta hipótese, ser manifestada ao ato legislativo declaratório próprio.

Há entender-se auto-exequível a isenção convencional e, por despacho administrativo, reconhecer-se o benefício fiscal, estar-se-ia enveredando em terreno obscuro e duvidoso, porquanto sendo a isenção convencional geral, poderia, certamente o BID exercer outras atividades não vinculadas às suas operações ativas, concorrendo, assim, com o setor privado, com a vantagem da desoneração tributária, o que, sobremodo, não se justificaria sob qualquer prisma.

Há isto sim, de se verificar, na concessão da isenção convencional, se o ato ou fato econômico suscetível de tributação é inerente às finalidades para as quais o BID foi criado e em relação aos quais se convencionou favor tributário. Essa dispensa, sob nome de isenção, por força do Convenio, deve, não é voz reprimir —, emanar da lei própria, por forma do art. 179, do C.T.N., ocasião em que se verificarão aquelas restrições, decorrentes da própria essência do convenio.

Finalizando dizemos, que se o ato econômico, no qual o BID irá participar (operações translativas de propriedade imobiliária, na qualidade de adquirente) tiver vinculação com suas operações ativas, seria caso de se possibilitar a aplicação da isenção convencional mediante lei estadual, declaratória e implementadora da disposição programática do aludido Convenio, exequível como decorrência da norma geral do art. 98 do Código Tributário Nacional.

É o parecer.

Procuradoria Geral da Fazenda, em 21 de maio de 1973.

Acir Guimarães — Advogado

Encaminhe-se:

P.G.F., em 21.5.73

Giacy Tramujas da Silva

Chefe da Consultoria Jurídica

À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 50-73

Senhor Presidente.

Curitiba, 24 de maio de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar dispositivos ao art. 3.º da lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo contrair empréstimos ou obter financiamentos externos.

As inclusas cópias autênticas do Ofício n.º 253-73, de 16.5.73, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e da Justificativa dele integrante, dizem, com o devido detalhamento, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Ao art. 3.º da Lei n.º 6.210 de 02 de agosto de 1971 ficam acrescentados os seguintes parágrafos:

Art. 3.º ...

Parágrafo Primeiro — Para o disposto no caput deste artigo e até o li-

mite estabelecido no artigo 1.º da presente Lei fica o Poder Executivo, através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, autorizado a:

I — dar garantias, prestar fiança ou aval, e conceder contra-garantia de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por outra entidade, pública ou privada, ao Poder Executivo;

II — dar em garantia e/ou vincular as quotas partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal;

III — dar em garantia e/ou caucionar ações de capital de sua propriedade bem como, conceder poderes ao detentor da garantia ou caução, para alienar as respectivas ações, até o valor necessário ao ressarcimento do débito, em caso de não pagamento parcial ou total da dívida, por parte do Estado.

Parágrafo Segundo. — A garantia ou caução de ações de Sociedades de Economia Mista Estadual, na qual o Governo do Estado é acionista majoritário, somente poderá ser efetivada com as ações que excederem a 51% do capital subscrito e integralizado de cada Sociedade de Economia Mista.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ESTADO DO PARANÁ

#### SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

#### GABINETE DO SECRETÁRIO

Of. n.º 253-73

Curitiba, 16 de maio de 1973

Senhor Governador

Formulamos o presente para submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência uma minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhada de justificativa, que acrescenta dispositivos ao Art. 3.º da Lei n.º 6.210 de 02 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00.

Na oportunidade manifestamos à Vossa Excelência a renovação do nosso elevado apreço.

Maurício Schulman — Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Doutor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

N/CAPITAL

#### JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

A finalidade do presente anteprojeto de lei é acrescentar dispositivos à Lei n.º 6.210, de 2 de agosto de 1971, a qual autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros) bem como a conceder o aval do Tesouro do Estado em Notas Promissórias emitidas.

A Lei n.º 6.210-71 autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos, porém não prevê a possibilidade do Poder Executivo oferecer contra-garantias, e nem de oferecer garantia mediante vinculação de recursos advindos de Fundos Federais ou mesmo de garantia mediante o caucionamento de ações de capital de sua propriedade, o que viria propiciar uma maior flexibilidade na obtenção de recursos externos necessários aos investimentos requeridos pelo Estado do Paraná.

Deve-se ressaltar ainda que a preferência dos órgãos financeiros, é pela garantia representada por meios de pagamento com vinculação de recursos provenientes de cotas de Fundos, como o Fundo Rodoviário Nacional e o Fundo de Participação dos Estados, bem como de caução de ações de propriedade do Estado, que possam ser alienadas.

Além disso, quando o Estado concede garantias de meios de pagamento, os organismos financiadores de recursos externos podem oferecer melhores condições, inclusive reduzindo as taxas de encargos financeiros incidentes sobre o valor do empréstimo.

Deta forma, os dispositivos a serem acrescentados à Lei n.º 6210, de 2 de agosto de 1971, estariam sobremodo complementando-a, oferecendo também ao Poder Executivo Estadual maiores possibilidades de opção na procura de organismos financiadores dispostos a conceder empréstimos ao Estado do Paraná a custos mais acessíveis.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGENS:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 122, 123 e 124-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente os Projetos de Lei n.ºs:

91-73: — Do Senhor Deputado Erondy Silvério que visa alterar a redação de dispositivos das leis n.ºs 4.766, de 13 de novembro de 1963 e 5.808, de 12 de julho de 1968, a fim de que as pensões mensais concedidas pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado, IPE, sejam elevadas de 50% para 100% da retribuição base. — A C.C.J.

123-72: — Do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que visa autorizar o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, a proceder ligação asfáltica entre a cidade de São José dos Pinhais, final da rua XV de Novembro, e a estrada Curitiba-Joazeiro-BR-468. A C.C.J.

115-72: — Do Senhor Deputado Antonio Belinatti, que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia Faxinal-Grandes Rios, que passa por Porto Perigoso até a serraria do Senhor Hubelino. — A C.C.J.

— Do Senhor Albérico Cordeiro, Secretário Geral do Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, comunicando a eleição e posse da nova Mesa daquele Comitê — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

#### REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplausos, à Casa da Empregada Doméstica de Curitiba, inaugurada no dia 10 de maio corrente à Rua Carlos de Carvalho, n.º 1274, com o integral e total apoio do Delegado Regional do Trabalho no Paraná, General Adalberto Massa.

As empregadas domésticas, até há pouco, nenhum amparo possuíam, nem quanto a salários, nem quanto a assistência médica, nem quanto a órgãos associativos que as pudessem orientar e ajudar.

Agora, graças a nova legislação trazida pelas mensagens do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, uma



nova fase humana e cristã se verifica, com a devida valorização daquelas que tanto fazem pelo lar e pela família, na realização dos trabalhos cotidianos.

Assim, dentro desta linha de orientação a Casa da Empregada Doméstica de Curitiba, que já na inauguração elegeu sua primeira Diretoria, constitui-se no primeiro Órgão orientador e assistencial da classe.

Dai o meu contentamento e satisfação pelo fato a que estive presente como convidado.

Requeiro outrossim, uma vez apoiada a presente dê-se ciência da decisão da Casa, à Diretoria, na pessoa de D. Juvita Alves Macedo, eleita a primeira presidente da entidade.

Sala das Sessões, em 18 de maio de 1973.

(a) Igo Losso

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma legal e usando de prerrogativas regimentais, o Deputado que ao final subscreve requer, ouvido o Plenário, encaminhe-se expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, General Mário Carneiro Portes, solicitando abertura de inquérito administrativo para apurar a responsabilidade de policiais envolvidos no episódio adiante resumido:

As 16h, 10m de quinta-feira última, 24 do corrente, policiais que ocupavam duas viaturas do COE — Corpo de Operações Especiais da Polícia Civil, entraram no ônibus n.º 585, da Linha Uberaba, quando se encontrava estacionado em seu ponto inicial, na Praça Carlos Gomes, alegando que o motorista daquele veículo havia, momentos antes, cometido infração de trânsito, desrespeitando sinal vermelho na esquina das ruas Marechal Floriano e Sete de Setembro, arrancaram-no com violências de dentro do ônibus, conduzindo-o preso. Intervindo o fiscal José Ostrowsky, que solicitou fosse permitido ao motorista levar ao seu destino os passageiros que já se encontravam no ônibus, responsabilizando-se a empresa por sua posterior apresentação à autoridade policial, negaram-se a atender os membros do COE. Recusaram autorizar, mesmo, que o próprio fiscal dirigisse o ônibus, afirmando estar o veículo apreendido. Em vista disso, ficou o carro atravancado a via pública, sendo os passageiros obrigados a descer e esperar o ônibus seguinte, prejudicados eles e a empresa concessionária pelo arbitrio distorcido dos policiais. Durante todo o episódio alegou o motorista preso ter cruzado a esquina regularmente, tanto assim que ia à sua frente outro veículo, acendendo-se a luz amarela do semáforo quando já se encontrava no meio da pista. A violência contra o motorista revoltou os passageiros, pois houve socos, safanões, palavrões. Afirma o fiscal José Ostrowsky que, chegado à Delegacia, foi a sucessão de arbitrariedades endossada pelo Delegado titular do COE, Elói França. Caracterizando os fatos relatados **abuso** da autoridade, necessário se torna sua apuração urgente e, comprovada culpa dos policiais, sua exclusão, para que não mais alegue a Secretaria de Segurança ser necessária discriminar na distribuição de gratificações, insinuando haver elementos que desmerecem as funções.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

Os Anais da Casa são testemunho de quanto nos temos empenhado pela melhoria da organização policial. Já no Governo anterior, de Paulo Pimentel, lideramos a aprovação da Lei que criou o FUNRESPOL — Fundo de Equipamento da Polícia. Mais recentemente, cobramos com insistência o pagamento aos policiais de melhores vencimentos, e obtivemos a implantação de gratificações especiais, aprovadas, mas infelizmente ainda não pagas pelo Executivo.

Entretanto, o episódio relatado comprova que existem, realmente, os maus policiais, cuja ação truculenta violenta direitos, compromete a Administração e atemoriza o povo.

Para o bem geral, deve haver rigor sempre que verificados casos como o relatado, mais ainda porque o episódio é mais um sintoma de que o COE, ao invés de corpo de elite, consolida-se como promotor de arbitrariedade.

Há um processo já em fase judicial acusando membros do COE de invadirem o Bar Palácio, espancando um publicitário também acusado de infração à lei de trânsito e garçons do estabelecimento. O processo em questão foi levado ao Judiciário sem instrução policial, porque parece não interessar à Polícia, admitindo-se como tanto a Administração, purificar sua organização de elementos arbitrários. Afirmando jornalistas, também, que a morte de um policial, em Laranjeiras do Sul, e do marginal cuja captura se pretendia, resultou do excesso de violência promovido pelo COE.

São episódios apenas ilustrativos. Tem-se, agora, uma intervenção violenta, em razão de alegada infração de trânsito da qual não resultou acidente nem dano, seguida de confisco de veículo de transporte coletivo. O fato exige apuração rigorosa, a menos que seja interesse da Administração da Segurança acobertar uma equipe de coices-de-mula que, apoiada por um Delegado arbitrário, terminará ainda matando um inocente.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, vem requerer à Mesa, seja oficiado à Direção dos Diários e Emissoras Associados do Paraná e da TV — Coroados de Londrina pela magnífica transmissão a cores, realizada no Município de Paranavai, do concurso de Miss Paraná-73, ocasião em que foi eleita a senhorita ADLA NACLI.

Afora o brilhantismo daquela festa que reuniu representantes da beleza paranaense de todas as regiões do Estado, destacou-se o fato de se fazer uma transmissão de televisão a cores pela primeira vez no Paraná. Esse detalhe tem significativa importância, uma vez que bem demonstra a constante preocupação de nossos veículos de comunicação social em se atualizarem, apresentando ao público paranaense o que existe de mais moderno na técnica de transmissão de televisão. Dentro desta área, destaca-se os Diários e Emissoras Associados do Paraná, que há muitos anos vem mantendo seu pioneirismo e constante preocupação em trazer ao público paranaense o que existe de melhor.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

(a) Jorge Sato

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, o envio de expediente ao paranaense Antonio Thomé, mantido nas elevadas funções de Presidente da SUNAB, cargo que alcançou merecida uma carreira funcional das mais brilhantes.

Outrossim, consulte-se o homenageado da oportunidade em proferir palestra nesta Assembléia Legislativa a respeito das atividades do Órgão que preside, notadamente a política de ação integrada da fiscalização, ficando ao seu critério a fixação da data.

Aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruet

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando:

1 — O compromisso verbal assumido pela Secretaria da Fazenda, por ocasião da discussão e aprovação por esta Assembléia, da Lei Orgânica do I.C.M., quando a mesma foi apreciada com urgência, a fim de que pudesse ser aplicada ainda no corrente exercício;

2 — Que na oportunidade de discussão e votação da referida Lei, muitas emendas propostas pelos Senhores Deputados deixaram de ser apreciadas pela Casa em virtude de urgência preconizada no item anterior e que as mesmas deveriam ser apresentadas posteriormente;

3 — Que o direito da espontaneidade assegurada pelo Art. 24, da Lei Orgânica do I.C.M. não está sendo cumprida pelos agentes arrecadadores;

4 — Que pela interpretação dos agentes e demais encarregados da arrecadação do I.C.M., não consideram denúncia espontânea, os valores declarados sem Guia de Apuração do I.C.M. e os lançados por Ofício em Estimativa, uma vez que estão erradamente incluídos como ação fiscal;

5 — Que da forma interpretada pelos servidores da Fazenda da multa mínima considerada é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). visto que, no Art. 54, parágrafo 1.º, n.º 10 não se refere ao pagamento de impostos, mais sim em outros casos, quando a interpretação correta seria, por intermédio do parágrafo 1.º, n.ºs 1 e 2 do citado artigo;

6 — Que o fato causa sérios problemas aos contribuintes, principalmente aqueles de menos movimento comercial, os quais em muitos casos, não possuem condições financeiras para o pagamento da multa;

Requeiro, à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, solicitando de Sua Excelência providências no sentido de que seja dado ao contribuinte o direito de pagar espontaneamente o ICM, devido por Guia de Informação e Estimativa sem a multa atribuída, e que seja cumprido o previsto no Art. 24, bem como seja susgado o envio dos processos a cobrança judicial até a adoção da medida proposta.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

(a) Maurício Fruet

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A Polícia de Londrina mais uma vez comete um crime lamentável. Lamentavelmente a violência, a crueldade, a truculência voltou a ser norma de policiais londrinenses — uma criança de apenas 14 anos de idade foi sequestrada, agredida, espancada e veio a falecer. Não é a primeira vez que policiais, na cidade que aqui represento cometem atos de verdadeira barbárie. Até parece que estamos na Idade Média, até parece que aqueles policiais encarregados da manutenção da ordem pública preferem a irracionalidade; foram irracionais mais uma vez.

A denúncia partiu do Vereador Wladimir Belinati, na Câmara Municipal de Londrina, e a Sessão de ontem naquele Legislativo de Londrina foi toda ela, ou quase toda ela tomada por acontecimentos de irresponsáveis.

Comparecemos a esta Tribuna, com duas missões: a primeira, de fazer a denúncia e o protesto; a segunda, de apelar para a Secretaria de Segurança Pública do Estado, para que abra sindicância com o sentido de apurar responsabilidades, pois, os responsáveis não podem permanecer impunes. Os criminosos precisam pagar pelo bárbaro crime cometido, que, segundo relatório do Hospital Universitário de Londrina que atendeu o menor, este foi espancado no dorso, membros inferiores, regiões auriculares e inclusive no cosmo oral, lábios e bochechas, sofreu queimaduras e choque elétrico, e, apesar de todo o esforço do Corpo Médico do Hospital Universitário, este menor, ainda na flor da idade, com apenas 14 anos, ingênuo e inocente foi barbaramente assassinado por homens que se dizem homens da Lei.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado, se não tomar providências enérgicas, será acusada de conivência.

Voltaremos a esta Tribuna para fazer justiça à Secretaria de Segurança Pública, se tomar as providências, mas, voltaremos também a esta Tribuna para acusá-la de criminosa, caso não tome as providências necessárias.

Fica portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o registro desta ocorrência lamentável que não é a primeira, em Londrina, que é a repetição de tantas outras mas, desta feita, a cidade sentiu mais, a cidade ficou mais revoltada por se tratar de uma criança de apenas 14 anos.

Esperamos as providências por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente. Nobres Deputados.

Ouvimos atentamente a denúncia trazida à esta Casa pelo Nobre Deputado Alvaro Dias. É lamentável, porém já vem se tornando fato comum, as violências cometidas pela nossa polícia. E nós, que desta Tribuna, temos diversas vezes lutado para que se pague melhor a polícia, a fim de que ela proteja convenientemente a sociedade, temos o desprazer também de registrar muitas vezes fatos que até envergonham a polícia civil do Paraná.

O fato que foi trazido ao conhecimento do povo, através do Nobre Deputado Alvaro Dias, poderia repetir-se se um motorista de coletivo desta Capital tivesse reagido aos socos e safanões que recebeu de um cabo da COE, ou quase isso na última 5ª. feira, às 16h, 10, na Praça Carlos Gomes.

Estava o coletivo estacionado com passageiros a transportar, para a periferia da cidade, quando ali chegou o carro número 16 da COE e, inopinamente,



damente invadiria, o ônibus, aqueles policiais e retiraram o motorista a socos e ponta-pés, sob a alegação de que havia este infringido um sinal de trânsito momentos antes; que havia avançado o sinal vermelho na rua 7 de Setembro, esquina com Marechal Floriano. O fato não ocorreu, segundo testemunhas que depuseram em favor do motorista; mas se tivesse ocorrido, não seria o caso de prisão de forma violenta, como tinha ocorrido. Uma simples infração de trânsito não justificava a atitude daquele policial. Aliás, o titular daquela corporação, COE, Centro de Operações Especiais, Dr. Eloy França é useiro e vezeiro em cenas violentas contra a integridade dos cidadãos, muitas vezes inocentes.

Temos conhecimento de que já tramita em juízo um inquérito — na sua fase policial não foi feito, por que não havia interesse da polícia civil em concluir um inquérito de uma acusação sofrida pela mesma unidade policial porque um cidadão de nossa Capital que foi espancado e retirado de um estabelecimento comercial, também sob a alegação de haver infringido uma regra do trânsito.

Se fôssemos fazer acusações e enumerar uma a uma as violências cometidas pelos COE, contra o cidadão, o tempo que temos na Tribuna não chegaria. Em todo caso para que não se cometa mais violências desta natureza, estamos denunciando o fato ao Sr. Secretário de Segurança Pública, responsabilizando-o também se não tomar as medidas cabíveis no caso.

Após relatarmos a ocorrência, solicitamos a S. Exa. o Gal. Secretário de Segurança Pública, Mário Carneiro Portes a abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade de policiais envolvidos no episódio que acabamos de denunciar.

Estamos encaminhando à Secretaria de Segurança Pública, por escrito, denúncia da violência de que foi alvo um modesto motorista que estava ao volante de um coletivo, ganhando a sua vida e que não podia, por isto mesmo, ser agredido daquela forma como o foi por aqueles elementos da COE.

Todos sabemos que um coletivo não pode ser retirado abruptamente da circulação porque vem em prejuízo da população que dele se serve. Se houve infração de trânsito, como alegam os policiais, uma notificação à empresa seria suficiente. Pelo menos é o que prevê a Lei. Não se admite violência dessa natureza contra um cidadão indefeso.

Fica aqui nosso protesto, nossa repulsa pelo que verificou-se na praça Carlos Gomes, ante-ontem às 16,10, nossa denúncia ao Secretário de Segurança Pública que está no dever de abrir inquérito para apurar responsabilidades e punir os responsáveis pelo fato. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a Hora do Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aqui me encontro, mais uma vez nesta Tribuna, para manifestar o meu contentamento, a minha satisfação por um fato de grande relevância social.

Como é de conhecimento dos Srs. Deputados e de todo o povo brasileiro, até recentemente, nenhuma condição legal havia para proteger uma das classes trabalhadoras que tanto tem feito pela família e pela comunidade social. Refiro-me à classe dos empregados domésticos.

Agora, graças a este sentido extraordinário que vem sendo imprimido por S. Exa. o Sr. Presidente da República, os empregados domésticos têm a sua legislação própria, têm, pelo menos, condições de receber assistência médica, bem como de ter a sua aposentadoria.

Este é um fato que demonstra que, realmente, o Governo de S. Exa. o eminente Presidente Emílio Médici está voltado para atender, para solucionar, problemas de toda ordem, inclusive este, que ressaltamos hoje com muita satisfação e muita alegria.

Assim é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as empregadas domésticas, apoiadas pelo Exmo. Sr. General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, no Paraná, acabam de organizar seu órgão associativo que está instalado à rua Carlos de Carvalho n.º 1274, e ali tiveram sua primeira reunião. E, convidados que fomos, tivemos muito prazer de assistir a essa reunião e as empregadas domésticas ouviram a palavra de suas líderes e do Representante do Delegado do Trabalho, prometendo dar todo estímulo para que aquele órgão seja, evidentemente, um órgão semelhante àqueles que possuem todas as classes trabalhadoras; seja um órgão de assistência, de orientação e de proteção. Assim é que essas jovens, essas senhoras terão, agora, oportunidade de ter seu órgão, elas que trabalham, no dia a dia na sua faina caseira, terão assistência e orientação quando estiverem desempregadas. Porque ali também serão ministrados os conhecimentos, as orientações, para que elas sejam convenientemente preparadas; também contarão com um Departamento Jurídico para defendê-las e orientá-las em todos seus direitos e possibilidades, para que as mesmas tenham, perante a Lei, resguardados e salvaguardados seus direitos. Este é o sentido humano e cristão que é imprimido por esta nova legislação e, também, agora, pela organização da Casa da Empregada Doméstica de Curitiba, e merece, portanto, nossos aplausos. Porque, como disse, esse órgão haverá de trazer grandes benefícios principalmente às jovens que chegam do Interior, sem famílias, sem parentes, e que ficam lançadas ao leão da sorte. E, por vezes, são desonradas e até prostituídas, porque não têm ninguém para ajudá-las, para orientá-las. E queremos salientar, a atuação de D. Jovita Alves Macedo que será presidente da entidade, senhora dotada de grande espírito de humanidade, e ela será, sem dúvida, uma verdadeira mãe uma verdadeira orientadora e as empregadas domésticas poderão estar, de agora em diante, resguardadas daquelas que, constantemente, têm procurado desviar essa juventude honesta que trabalha para manter seu sustento.

Dai porque, Srs. Deputados, nós que acompanhamos todos esses fatos sociais, vibramos com a criação deste órgão e com a perspectiva de que esta Casa das Empregadas Domésticas não sirva de orientação só para as empregadas domésticas de Curitiba, mas sirva de orientação para todo o Paraná. E queremos manifestar nossos aplausos, nosso reconhecimento a todos aqueles que estão trabalhando para a concretização dessa idéia de unir, de associar todas as empregadas domésticas, para que elas tenham seu órgão representativo e, especialmente ao Sr. Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, ao Sr. Delegado Regional do Trabalho, Dr. Adalberto Massa, que não têm se descuidado de seu dever e estão dando toda cobertura, todo apoio a um trabalho desta envergadura.

Assim é que encaminhamos à Mesa um Requerimento de aplauso pela instalação da Casa da Empregada Doméstica de Curitiba, no dia 10 de maio, no endereço que já citamos, e que este voto de aplauso seja oficiado à Presidente da Casa, D. Jovita Alves de Macedo.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito. Sr. Deputados Gilberto Carvalho. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Gilberto Carvalho, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, devidamente inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por ocasião da aprovação da Lei Orgânica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias ficou acertado e decidido nesta Casa que as emendas apresentadas pelos Srs. Deputados não seriam colocadas em votação naquela ocasião tendo em vista a exiguidade de tempo, mas que o Secretário da Fazenda estaria disposto a delegar este ano aos Srs. Deputados desta Assembleia Legislativa, a oportunidade de essas emendas serem discutidas e havendo conveniência entre a Secretaria da Fazenda e o ponto de vista esposto pelos Srs. Deputados, poderia ser alterada a referida Lei Orgânica do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias.

Atualmente, um fato que está ocorrendo atualmente em nosso Estado nos chamou a atenção e hoje encaminho, através da Mesa, Requerimento ao Secretário da Fazenda solicitando uma revisão na interpretação do Art. 24 da referida Lei do ICM. Esse artigo é claro e específico, e determina que o devedor que espontaneamente reconhecer o seu débito estaria isento da multa mínima de trezentos cruzeiros.

Infelizmente, os devedores de débito com o ICM que espontaneamente têm procurado a Secretaria da Fazenda nas diversas Coletorias em todo o Estado do Paraná, no instante em que dão entrada a guia competente para recolhimento do imposto são multados com a multa mínima de trezentos cruzeiros.

É evidente e é claro que o Estado não pode ter a intenção de sobrecarregar mais ainda aqueles que lutam com grande dificuldade para desenvolver suas empresas. Essa multa mínima de trezentos cruzeiros, que para a grande empresa nada significa, ao pequeno contribuinte onera sobremaneira, e está trazendo sérios problemas de ordem pessoal.

Por este motivo, pediria o empenho dos Deputados que compõem esta Casa, principalmente ao Líder do Governo, no sentido de que o Secretário da Fazenda determine aos seus agentes fazendários, às Coletorias do Interior do Estado do Paraná, que mudem essa atitude, que dêem a interpretação devida ao mencionado art. 24 — que aquele comerciante em débito com o Estado e que espontaneamente reconhece esse débito esteja, como determina a Lei, isento da respectiva multa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que o Deputado Maurício Fruet acaba de expor desta Tribuna é da mais alta relevância.

Quero esclarecer à Casa, na qualidade de Presidente da Comissão de Reforma do ICM, que a Comissão já recebeu emendas sobre o mesmo assunto dos Srs. Deputados Domicio Scaramella, Muggiati Filho e de outros Srs. Deputados e está, agora, aguardando até o dia 5 do próximo mês, sugestões e emendas que porventura possam ser apresentadas pelas entidades de classe, à Federação das Indústrias, Associação Comercial e Conselho Regional de Contabilidade. Peço, ainda, que qualquer emenda que os Srs. Deputados tenham, qualquer sugestão que queiram oferecer, o façam até o dia 5 do próximo mês a fim de que a Comissão possa elaborar e expor seu ponto de vista.

A necessidade da existência desta Comissão deve-se ao fato de que um Projeto desta natureza tem que ser debatido minuciosamente, deve ser estudado com isenção para que não ocorra como ocorreu com todos os processos de natureza rápida, de votação atribulada.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Eminente Deputado Antônio Lopes Júnior, inicialmente queremos testemunhar e ao mesmo tempo ratificar a opinião esposada por diversos companheiros desta Casa, do incessante trabalho que vem sendo feito e elaborado por V. Exa., na qualidade de Presidente da Comissão Especial criada pela Casa.

O que nos levou a encaminhar este Requerimento ao Sr. Secretário da Fazenda não teve como objetivo focalizar um problema que possa ser objeto de emendas, na Lei Orgânica do ICM; isto sim, pedimos a Sua Excelência o Sr. Secretário da Fazenda, que faça cumprir o que determina o artigo 24 da Lei Orgânica do ICM. É um problema digamos assim, amenueta, a interpretação que vem sendo dada pela Secretaria da Fazenda, é simplesmente uma interpretação que fará com que o comerciante seja desestimulado a recolher os impostos em atraso, porque o artigo 24 afirma que aqueles contribuintes em atraso que recolherem os seus impostos espontaneamente, enfim aqueles que estiverem em infração, mas que espontaneamente procederem o recolhimento dirigindo-se aos órgãos fazendários, estariam isentos das multas afixadas. Muito bem. Os comerciantes, ao efetuarem seus pagamentos, são surpreendidos com a multa de 300 cruzeiros.

Portanto, talvez não seja necessário uma emenda à Lei Orgânica, é simplesmente uma questão de interpretação ao texto legal.

Ao nosso ver, é descabida a medida adotada pelo Sr. Secretário da Fazenda. Se V. Exa. analisar o mesmo artigo e considerar interessante a apresentação de uma emenda, nós estaremos à sua disposição para interpretar os subsídios que compõem e que contém o presente Requerimento.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — A emenda foi apresentada pelo Sr. Deputado Domicio Scaramella e ela visa justamente esclarecer de uma vez por todas, para que não fique em dúvida a interpretação.

Uma interpretação dessa natureza deveria ser solicitada em Requerimento ao Conselho de Contribuição de Recursos Fiscais, que formaria então jurisprudência e por certo seria acatado pela Secretaria da Fazenda, mas, com a emenda apresentada pelo Sr. Deputado Domicio Scaramella será solucionado definitivamente, a fim de que não se façam mais interpretações errôneas.

De maneira que, renovo aqui o apelo aos Srs. Deputados e às entidades de classe: que erriem as suas sugestões até o dia 5 do mês de junho, a fim de que até o final do mês possamos ter um confronto com o Sr. Secretário da Fazenda para esclarecimento de todos os pontos de vista espostos pela Comissão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz.



SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em dias da semana passada estivemos em Engenheiro Beltrão, quando lá se reuniam em congresso. 19 Srs. Prefeitos da Região, compreendida entre o Rio Ivaí e o Rio Piquiri. Além das presenças marcantes de S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, Sr. Diretor do DER e também Presidente da FAMEPAR, que abordaram problemas afetos aos cargos que exercem, tivemos nós a oportunidade de analisar também assuntos outros de interesse daquelas Prefeituras e entre eles, posso adiantar, um que é também de interesse de praticamente todos os Srs. Prefeitos do Estado.

Falou-se também das dificuldades que os Srs. Prefeitos vem tendo para instalarem em seus respectivos Municípios, o alistamento eleitoral. Porque isto tudo os Srs. sabem, as Prefeituras estão proibidas de gastar qualquer importância com esse serviço e lançarem essa importância na contabilidade das respectivas Prefeituras. Porque na hora em que o Tribunal de Contas fôr apreciar as contas das Prefeituras, tem sido norma, que sempre recebem parecer contrário. Ora, nós todos sabemos que a representação política do Estado, seja na Câmara Federal, seja na Assembleia Legislativa, é proporcional ao número de eleitores que possui o respectivo Estado. Isto quer dizer, que se nós não cuidarmos da qualificação eleitoral, se não houver um movimento intensivo e de entusiasmo, o Paraná não terá a sua representação acrescida e aumentada. Pois bem, a verdade é que os Prefeitos e as Prefeituras que dispõem de algum recurso, estão sendo solicitadas, estão sendo assistidas no sentido — aliás vamos dizer de passagem — elas sempre que cuidam desse problema, vêm sendo solicitadas, repito, para entrar neste trabalho com mais vigor, e com mais vontade. Então, o que está acontecendo? Os Prefeitos querem participar deste movimento, sentindo que ele é sadio, que é necessário para o Estado. Acontece entretanto que não podem, legalmente, dispor de um centavo sequer, com esse objetivo. As vezes se obrigam a uma prática, que eu não posso aconselhar, de fazer malabarismo contábil, fazer uma química contábil para poder esconder a maneira de aplicar recursos nesse serviço eleitoral. Sabemos todos que o Tribunal Regional Eleitoral não destina verbas para isso, entendendo que essa despesa para obter um título eleitoral, é de cada um. Entretanto, aqueles que ganham pouco, aqueles que ganham praticamente salário de fome, não tem condições sequer de tirar uma fotografia, irem até a cidade, e ao cartório para providenciarem o seu título eleitoral. Com isto o Paraná, que tem potencial enorme de pessoas que poderiam se alistar, irá sair perdendo, se não se tomar uma providência, se alguma coisa não for feita.

Daí porque Sr. Presidente, já que o problema realmente interessa, já que o problema vem preocupando os Senhores Prefeitos pensei ser de interesse de todos trazê-lo à discussão e análise para que se possa — quem sabe — encontrar uma fórmula junto ao TRE e se firmar convênio com as Prefeituras porque, se assim for feito, estaremos encontrando a fórmula jurídica que o Tribunal de Contas aceitará.

Encontrada a fórmula jurídica, através de um convênio, nada impedirá que as Prefeituras disponham de alguns recursos para melhorar nosso colégio eleitoral.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado V. Exa. está tratando de um assunto muito interessante e que sempre é tratado nas vésperas das eleições, quando o Governo do Estado adquire material fotográfico e outros materiais para alistamento eleitoral e que são cedidos pela Secretaria do Interior e Justiça. Acontece que depois o material, com exceção dos filmes, é jogado fora, pois as Prefeituras não estão em condições de usá-lo. De modo que é interessante este convênio entre as Prefeituras e o Governo do Estado evitando que se compre material supérfluo nas vésperas das eleições e fazendo com que se aumente o número de eleitores no Estado.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Não desconhecemos o interesse que o Executivo demonstra por esse assunto. Sei que a Secretaria do Interior e Justiça quase sempre vem fornecendo filmes e outros materiais para estimular o alistamento eleitoral.

Mas não basta, Sr. Presidente. Ninguém pode ignorar que para um cartório funcionar direito é preciso funcionário. É preciso material, é preciso que tenha juiz eleitoral para que possa realmente apresentar um trabalho bom. um trabalho aproveitável.

Ora, se o T.R.E. não fornece recursos, se a Justiça Eleitoral não dá meios, se as Prefeituras, por sua vez, embora querendo não podem dar, é preciso que se encontre o caminho jurídico é preciso que se encontre o instrumento legal para que se possa prestar um serviço ao Estado e se possa realmente dar uma satisfação a essas dificuldades que os Prefeitos vêm encontrando. De outro lado, dar condições, para que os Juizes eleitorais tenham sob sua tutela e responsabilidade, funcionários à altura da missão que lhes é destinada.

E porisso, Sr. Presidente, eu queria encaminhar um apelo a V. Exa. como Representante e responsável por este Poder, que endereçasse expediente ao Tribunal Regional Eleitoral mostrando a gravidade do problema e o interesse que temos, nós Deputados, por este assunto e, também as dificuldades, não deixando de ressaltar a boa vontade de cada um para ver se, com o auxílio de V. Exa., num contato direto com o Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, se possa encontrar uma forma jurídica e legal para se solucionar o problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237/71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo criar na sede do Município de Atalaia, uma Escola Normal de Grau Secundário, para funcionar em 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 15/73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, da cidade de Arapongas. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que assegura na aposentadoria, as vantagens do artigo 172, inciso 3.º, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, ao Servidor Público Estadual, ex-integrante da

F.E.B., como especifica. Pareceres, favoráveis da C.C.J. e C.F. COM SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado pelo Substitutivo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 10/72, de autoria do Dep. Domicio Scaramella, autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o Município de Bituruna ao de Pinhão. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/72, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação Tradicionalista "Gr. Iha Azul", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 42/72, encaminhando anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo doar à União Federal, imóvel constituído de terras rurais da Gleba Casavel, com área de (1.264.329,00m<sup>2</sup>) um milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove metros quadrados. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 5/73, de autoria do Dep. Santos Lima e outros, declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense do Ministério Público, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/73, de autoria do Dep. Santos Lima, que declara de Utilidade Pública, a "Fundação Faculdade de Ciências Econômicas" da cidade de Apucarana. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 16/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 17/73, que aprova o Acorde n.º 10/72, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência da Região Sul — SUDESUL, objetivando elaboração do Plano de Desenvolvimento do Noroeste do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo conceder ao inválido Alaor Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 96/72

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao inválido ALAOR RODRIGUES DE MELO, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

a) — Dep. Francisco Escorsin.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, objetivamos amparar a situação precária em que se encontra o inválido ALAOR RODRIGUES DE MELO, visto que o mesmo se acha acamado e sem condições de prover a sua própria subsistência, em razão de ser portador de defeitos físicos generalizados.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos Ilustres Pares, esperando que se dê o devido apoio e consequentemente a sua aprovação.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 96/72

Opinamos pela aprovação do Projeto que, além de não ofender dispositivos legais, tem o caráter autorizativo e alto alcance social.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1972.

aa) — Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Santos Lima — Relator

Emílio Carazzzi

Maurício Fruct

Muggiati Filho

Cândido M. M. de Oliveira

Ovidio Franzosi

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI N.º 96/72

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a conceder ao inválido ALAOR RODRIGUES DE MELO, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

#### PARECER

O desiderato do presente Plano de Lei, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, é autorizar o Poder Executivo a conceder ao inválido ALAOR RODRIGUES DE MELO, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Referido Plano de Lei, já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo alto sentido social e humano que o Projeto se propõe e dependendo da anuência do Poder Executivo para sua efetivação, a medida não encontra óbice que se lhe possa antepor no âmbito desta Comissão.

Pela APROVAÇÃO DO PROJETO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

aa) — Quilise Crisóstomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Francisco Escorsin

Gilberto Carvalho

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3/73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo, doar ao Serviço de Obras Sociais da cidade de Sertãozinho, o imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., COM EMENDA SUBSTITUTIVA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.



## PROJETO DE LEI N.º 3/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), de Sertãoópolis, pessoa jurídica de direito privado, reconhecida de Utilidade Pública estadual pela Lei n.º 6.266/72, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído por uma área de terras com 1548m2 constante de parte do lote n.º 24, de linha suburbana da cidade e Comarca de Sertãoópolis, deste Estado, medindo 36,00 metros de frente para a rua Santa Catarina, e 44,00 metros da frente aos fundos, contendo um prédio em alvenaria de tijolos em construção e demais benfeitorias que se destinavam ao LAR DAS CRIANÇAS.

Art. 2.º — O imóvel em questão deverá ser utilizado pelo Serviço de Obras Sociais para instalação de sua sede e departamentos de sua estrutura organizacional, nos termos de seu Estatuto e respectivos regimentos internos, competindo à Entidade donatária concluir o pavilhão inacabado do extinto Lar das Crianças.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1973.

aa) Dep. Borsari Netto.

## JUSTIFICATIVA

O Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), pessoa jurídica com estatuto registrado sob n.º 41, em data de 06-10-71, no Cartório do Registro Geral de Imóveis, Título e Documentos da Comarca de Sertãoópolis, tem imperiosa necessidade de obter sua sede própria para que possa desenvolver à contento suas atividades assistenciais de múltipla natureza e também obter subsídios financeiros da União e do Município.

Atualmente o S.O.S., ocupa por cessão de comodato o imóvel, originariamente construído para agasalhar o planejado Lar das Crianças, objetivo do presente projeto de lei.

O imóvel em questão compõe-se de parte do lote n.º 24, da linha suburbana da cidade de Sertãoópolis, medindo 36m de frente por 44m de frente aos fundos, perfazendo uma área de 1584 m2, adquirido pelo Estado do Paraná por doação da MITRA DIOCESANA DE LONDRINA, conforme Escritura Pública lavrada em data de 14 de junho de 1965, tendo edificado um pavilhão de alvenaria e iniciadas as obras do 2.º pavilhão do projeto Lar das Crianças, cujo pavilhão, iniciado por volta de 1966, o S.O.S. se propõe a concluir.

Dispensável encarecer que a doação ora pleiteada virá dar condições a que o S.O.S. possa desenvolver plenamente suas atividades assistenciais, como já o vem fazendo dentro de suas atuais possibilidades materiais e humanas, desde que se constitui.

Encontram-se, também, em satisfatório desenvolvimento os Departamentos Médico e de Assistência Social, da Guarda-Mirim, do Planejamento Familiar, de Roupas e Calçados os quais terão na estrutura do 2.º pavilhão, as acomodações de que necessitam para seus serviços.

O S.O.S. é reconhecido como entidade de utilidade pública estadual pela lei n.º 6266/72 e pelos relevantes serviços que vem prestando, esperamos o acolhimento pelos Nobres Pares do presente Projeto de Lei.

LEI N.º 6266

## PROJETO DE LEI N.º 3/73

DATA: 17 de janeiro de 1972

SÚMULA: Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis, sediado na cidade do mesmo nome.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 17 de janeiro de 1972.

aa) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Osmário Zilli — Secretário do Trabalho e Assistência Social

(Publicado no Diário Oficial do Estado n.º 224, de 20-1-72)

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 3/73

## PARECER

O ilustre Deputado Borsari Neto quer doar ao Serviço de Obras Sociais, de Sertãoópolis o imóvel de propriedade do Estado, que especifica, destinado à localização da sede e serviços da referida entidade.

A medida tem inegável alcance social e, devidamente resguardados os interesses da comunidade, da qual é o Estado o supremo guardião, estará em condições de merecer aprovação da Casa.

Na forma do substitutivo anexo, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, 9 de maio de 1973

aa) Antônio Franco F. da Costa — Presidente

Igo Losso — Relator

Antônio Lopes Jr.

Quielise Crisóstomo da Silva

Ovídio Franzoni

Nelson Buffara

## EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Serviço de Obras Sociais (S.O.S.), de Sertãoópolis, o imóvel de propriedade do Estado constituído por uma área com 1.584 m2, constante de parte do lote n.º 24, da linha suburbana da cidade, medindo 36,00 metros de frente para a rua Santa Catarina e 44,00 metros da frente aos fundos, contendo um prédio em alvenaria de tijolos em construção e demais benfeitorias, que se destinavam ao Lar das Crianças.

Parágrafo Único — A escritura de doação deverá conter cláusulas de impenhorabilidade e de inalienabilidade.

Art. 2.º — O imóvel a que se refere o artigo anterior deverá ser utilizado pelo Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) para a instalação da sede e departamentos de sua organização, nos termos do Estatuto e Regimentos respectivos.

Art. 3.º — O Serviço de Obras Sociais (S.O.S.) deverá concluir o pavilhão do extinto Lar das Crianças, no prazo de dois anos, sob pena de reversão do imóvel doado ao patrimônio do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

aa) Antônio Franco F. da Costa — Presidente

Igo Losso — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N.º 3/73

## PARECER

1) — Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 3/73, de autoria do ilustre Deputado Francisco Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar ao Serviço de Obras Sociais, da cidade de Sertãoópolis, Estado do Paraná, imóvel que especifica e dá outras providências.

2) — Apreciando o feito, a douta Comissão de Constituição e Justiça entendeu oportuno oferecer ao mesmo emenda substitutiva geral, para melhor atendimento da técnica legislativa, concluindo pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei em análise.

3) — Evidenciado desde logo o interesse social da matéria tratada nos Autos, não sendo vulnerado, por outro lado, nenhum dispositivo legal e estando o processo escorreitamente formado, quer no que se refere à bem articulada justificativa de seu nobre subscritor, quer quanto às suas formalidades extrínsecas, não vê esta Comissão de Finanças como possa ser invocada óbice que impeça sua votação e aprovação.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 22 de maio de 1937.

aa) — Quielise Crisóstomo da Silva — Presidente

João C. Fadel — Relator

Álvaro Dias

Francisco Escorsin

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/73, encaminhando anteprojeto de Lei, que objetiva alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a Quadra de Terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguacu, em Cascavel, para as finalidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## MENSAGEM

17/73

Curitiba 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguacu, em Cascavel, quadra essa de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 20.038, às fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

A medida legal ora submetida a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, na questionada área, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, irá construir sua Regional em Cascavel, fato que ensejará grande ampliação do campo energético daquela progressista região.

O anexo Plano de Lei, que consubstancia o resultado de criteriosos estudos feitos através de processo devidamente instruído e formalizado, contém dispositivo expresso, segundo o qual a alienação deverá ser feita por valor não inferior ao estabelecido pela Deliberação n.º 91/72, do Departamento de Edificações e Obras Especiais e, ainda, que o produto dessa alienação deva ser aplicado na construção de prédio destinado à Presidência do referido DEOE, em Cascavel.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente parovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) — JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício de cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/ Capital

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguacu, na cidade de Cascavel, neste Estado, quadra essa compreendida pelas ruas Vitória, Carlos Gomes, Joaquim Távora e por uma rua sem denominação, havida pelo Estado do Paraná por força da transcrição n.º 20.038, às fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — A alienação de que trata a presente Lei far-se-á por valor não inferior estabelecido pelo Conselho Administrativo do Departamento de Edificações e Obras Especiais, através da Deliberação n.º 91/72, de 9 de junho de 1972, integrante do protocolo n.º 11.397/72-PG e 3.193/72-SVOP.

Art. 3.º — O valor resultante da alienação autorizada por esta Lei será aplicado na construção da sede da Residência do DEOE, em Cascavel.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N.º 22/73

## PARECER

I — A proposição em tela, de autoria do Poder Executivo, solicita autorização desta Casa para alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguacu, em Cascavel, para fins especificados

II — A medida é perfeitamente legal e constitucional e as ponderações



contidas na Mensagem do Governo, nos convenceram de sua oportunidade. Pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

aa) — Antônio F. F. da Costa — Presidente  
Quíselo Crisóstomo da Silva — Relator  
Ivo Tomazoni  
Ovidio Franzoni  
Erondy Silvério  
Igo Losso  
Paulo Camargo  
Wilson Fortes

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 22/73  
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 17/73

PARECER

1.) A presente Proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 17/73, que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL —, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 20.038, fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

2.) A medida é legal, consulta pienamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, pois, na mencionada área, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, irá construir sua Regional, onde ensinará grande ampliação no campo energético daquela progressista região.

3.) Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta oportunidade, não há o que se opor, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973

aa) — Quíselo Crisóstomo da Silva — Presidente  
Gilberto Carvalho — Relator  
Álvaro Dias  
Francisco Escorsin  
João Fadel

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N.º 22/73

PARECER

Para fins de parecer, vem a esta Comissão Técnica o Projeto de Lei em exame, oriundo de Mensagem Governamental, solicitando autorização para que o Poder Executivo possa alienar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, a quadra de terreno sob n.º 11, do loteamento Vila Iguaçu, em Cascavel, quadra essa de propriedade do Estado do Paraná, transcrição n.º 20.038, às fls. 1, do Livro 3-AM, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Do ponto de vista das atribuições que são assinadas a esta Comissão pelo artigo n.º 53, do Regimento Interno, nada a opor à aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1973

aa) — Domicílio Scaramella — Presidente  
Gabriel Manoel — Relator  
Marciano Baraniuk  
Álvaro Dias  
Iris Caldart

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 23/73, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimentos de Hospedagem, no Órgão Competente da Polícia Civil do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM  
23/73

Curitiba, 21 de março de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de estabelecimentos de hospedagem no órgão competente da Polícia Civil do Estado do Paraná.

A inclusa cópia autêntica da Exposição de Motivos n.º 13/73, de 8 de fevereiro de 1973, firmada pelo Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, diz, com os necessários detalhes, da significação, oportunidade e alto interesse público na aprovação da medida legal proposta a essa Augusta Assembleia Legislativa do Estado.

Certo de que o anteprojeto de Lei encaminhado merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/ Capital.

ANTEPROJETO DE LEI

DO LICENCIAMENTO

Art. 1.º. Os proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos de hospedagem, a qualquer título, ficam obrigados ao registro de suas casas perante o órgão competente da Polícia Civil do Paraná.

Parágrafo único. Na Capital, o registro será efetuado na Delegacia de Ordem Política e Social, após despacho final do titular da Diretoria da Polícia Civil, o qual também assinará o respectivo alvará de funcionamento.

Art. 2.º. O requerimento do registro será instruído com os seguintes documentos:

- I — Prova de registro na Junta Comercial do Estado do Paraná;
- II — Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda;
- III — Vistoria favorável da autoridade sanitária estadual;

IV — Atestados negativos de antecedentes criminais e político-ideológicos do proprietário ou responsável pelo estabelecimento;

V — Certidão Negativa Estadual e Municipal de débitos fiscais;

VI — Prova de permanência legal no país, quando o proprietário ou responsável for estrangeiro.

Art. 3.º. O Alvará de funcionamento, se concedido, terá validade de um ano, nele figurando o número de ordem, o nome do estabelecimento, dos proprietários e responsáveis, tipo e nomenclatura do estabelecimento e outros dados a critério da autoridade concedente.

Art. 4.º. O pedido de renovação do registro anual deverá dar entrada na repartição policial competente até o dia 28 de fevereiro de cada ano e será instruído com os documentos mencionados nos itens III, IV e V do Art. 2.º.

Art. 5.º. A transferência de propriedade e a mudança de nome ou de espécie dependerá de Alvará da autoridade policial competente.

Art. 6.º. Nos casos de alienação do estabelecimento, o novo proprietário ou responsável, mediante prova da aquisição, deverá requerer à autoridade policial competente a transferência do registro, satisfazendo todas as exigências desta lei, providenciando-se a baixa do registro anterior.

Art. 7.º. O estabelecimento de hospedagem somente poderá transferir-se de prédio mediante prévio requerimento à autoridade policial e satisfeitas as exigências das vistorias de segurança e saúde.

Art. 8.º. Se o estabelecimento teve seu registro cassado, quando sob a responsabilidade do proprietário anterior, o recém adquirente deverá comprovar a propriedade ou locação do respectivo prédio, só podendo requerer o registro na forma do Art. 2.º, depois de decorridos 6 meses da data da cassação do registro anterior.

Art. 9.º. Não será licenciado estabelecimento cujo proprietário ou responsável estiver respondendo a processo por crime contra os costumes, a saúde, a incolumidade pública ou o patrimônio ou, ainda, por contravenção de jogo proibido, assim como não será licenciado o estabelecimento pertencente a sociedade de que faça parte, sob qualquer forma, inclusive por interposta pessoa, o condenado ou processado nas mesmas condições.

Art. 10. Os estabelecimentos de hospedagem não poderão, em nenhuma hipótese, funcionar sem o registro de que trata o artigo 1.º, sob pena de sujeitar-se, o infrator, às penalidades previstas nesta lei, além das sanções de ordem penal.

Art. 11. Não serão concedidas autorizações provisórias para o funcionamento de estabelecimentos de hospedagem.

DA VISTORIA POLICIAL

Art. 12. A concessão do Alvará, permissivo de funcionamento, será precedida de Vistoria no prédio, nas instalações e dependências, de forma a examinar e aprovar as condições de segurança exigíveis no caso de incêndio, pânico e desabamento, verificando, ainda, se foram satisfeitas as demais exigências técnicas estatuidas em leis ou regulamentos.

Art. 13. A vistoria será procedida por uma Comissão de três membros, inclusive a autoridade policial concedente que a nomeará e a presidirá, nela constando, um engenheiro civil e, sempre que possível, um elemento especializado do Corpo de Bombeiros.

Art. 14. No interior, poderão ser delegadas as autoridades policiais o procedimento da vistoria em cujos estabelecimentos estejam nas respectivas jurisdições.

Art. 15. A vistoria será válida pelo período de um ano ou até que qualquer alteração estrutural ou interna vier a ser procedida no estabelecimento.

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 16. O pretendente à hospedagem somente poderá ocupar os aposentos que lhe for designado, depois de preencher, com clareza e sem vícios a ficha de registro destinada ao controle de entrada e saída de hóspedes ou de moradores.

Art. 17. Se o hóspede não souber ou não puder escrever, o encarregado da recepção preencherá a ficha, anotando tal circunstância.

Art. 18. Somente com autorização expressa da autoridade policial poder-se-á admitir hóspedes sem documentos de identidade, devendo, essa situação, ser anotada na ficha, quando não houver apresentante que se responsabilize pela identidade do apresentado.

Art. 19. As fichas referidas neste artigo, preenchidas em duplicatas, serão encaminhadas à Delegacia de Polícia competente (1.a via), nas 24 horas seguintes à entrada ou a saída de hóspedes, onde ficarão arquivadas pelo prazo mínimo de dois (2) anos.

Art. 20. As fichas de que trata o artigo 16 obedecerão a modelo especial estabelecido pela Secretaria de Segurança Pública.

Art. 21. As fichas serão emitidas, exclusivamente pelo FUNRESPOL e ao custo de Cr\$ 0,3% do salário mínimo vigente na Capital do Estado, sendo despendidas às frações de Cr\$ 0,50.

Parágrafo único. Constitue irregularidade funcional passível de demissão do serviço público, a confecção, distribuição e exploração das fichas em desacordo com esta lei.

Art. 22. Nas fichas referidas nesta lei deverão constar obrigatoriamente os seguintes dados: nome completo do hóspede, nacionalidade, idade, dia e hora da entrada e da saída, procedência, residência, atividade profissional, assinatura e anotação do documento de identidade e na falta deste último, os mesmos dados e assinatura de seu apresentante, bem como a designação do número do quarto ou apartamento a ser ocupado.

DOS MENORES

Art. 23. Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de menor de 18 anos completos, deverá comprovar que é o seu responsável legal ou, não o sendo, exibir autorização especial do responsável (pai, mãe tutor) ou de juiz competente.

Art. 24. Na ausência de comprovação ou de autorização ou em caso de dúvida, poderão ser aceitos o pretendente e seu acompanhante se o hospedeiro se responsabilizar por suas declarações e identidade.

Art. 25. Não desejando assumir essa responsabilidade, o hospedeiro deverá encaminhar o pretendente à autoridade policial distrital que autorizará a hospedagem, se considerar satisfatórias as razões apresentadas.

Art. 26. Se o pretendente a hospedagem estiver acompanhado de menor com idade entre 18 anos completos e 21 incompletos, não emancipado, deverá declarar que se responsabiliza pela hospedagem deste.

Art. 27. Não cabe ao hospedeiro obrigação de investigar o estado civil ou a intenção dos casais ou pares que procuram hospedagem mas é de sua responsabilidade tomar providências a fim de evitar o favorecimento ou substituição, da corrupção de menores, de atentados públicos ao pudor ou da perturbação da ordem e tranquilidades públicas.



## DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS

Art. 28. Havendo fundadas suspeitas ou indícios de que estão sendo desvirtuadas as finalidades do estabelecimento de hospedagem, passíveis de cassação de Alvará permissivo, a autoridade policial competente instaurará sindicância para apuração da irregularidade.

Art. 29. O prazo para elaboração da sindicância será de 20 dias e somente poderá ser excedido até um máximo de 10 dias, quando houver motivo relevante, plenamente justificado.

Art. 30. Constatado, por autoridade policial, o desvirtuamento das finalidades estabelecidas nesta lei, a Delegacia competente procederá à apuração da irregularidade através de sindicância.

Parágrafo único. Será assegurado direito de defesa ao infrator.

Art. 31. No curso da sindicância poderá o estabelecimento infrator continuar funcionando, salvo quando:

I — reincidente, nos casos passíveis de multa;

II — a infração se relacionar com a frequência ou hospedagem irregular de menores de 18 anos;

III — o estabelecimento estiver envolvido em público e escandaloso atentado à moral, à segurança, à higiene, ordem ou tranquilidade públicas.

Art. 32. Caberá a cassação do Alvará pela autoridade concedente:

I — quando o estabelecimento for utilizado para prostituição, jogo de azar, abrigo de criminosos ou contraventores ou depósito de coisas destinadas à prática de delitos ou obtidas por meios ilícitos;

II — quando, habitualmente, os hóspedes, visitantes, empregados ou frequentes, perturbem o sossego alheio, ponham em risco a vida ou a integridade física de terceiros ou atentem contra a moral ou o decoro;

III — quando, habitualmente procurar ou dificultar a fiscalização policial;

IV — se for usado para reunião de natureza subversiva ou como de entidade clandestina;

V — quando persistir na recusa do uso de sistema de fichas;

VI — quando reiteradamente burlar ou não dar observância as normas legais, nestas compreendidas as Portarias, Decretos, Avisos, Instruções emanadas de autoridade competente;

VII — quando deixar de cumprir no prazo marcado, decisão em sindicância de infração, transitada em julgado.

Art. 33. A autoridade policial competente encaminhará ao Prefeito Municipal local, cópia da sindicância com a respectiva decisão para cassação paralela do Alvará Municipal.

Parágrafo único. Se a cassação da atividade do estabelecimento tiver origem na esfera municipal, a autoridade competente da Prefeitura dará ciência do ato e dos motivos que o determinaram à autoridade policial, para a cassação do registro na Delegacia de Ordem Política e Social.

Art. 34. Cópias da decisão cassatória serão remetidas ao órgão policial que inicialmente constatou a irregularidade e a polícia sanitária.

Art. 35. Da decisão cassatória caberá sempre, recurso se interposto no prazo de cinco (5) dias e dirigido ao Diretor da Polícia Civil, que decidirá, fundamentadamente, nos dez (10) dias seguintes.

Art. 36. A pena de cassação de Alvará será executada logo após o despacho do Diretor da Polícia Civil ou no dia seguinte após fluir o prazo do Artigo anterior, procedendo-se ao fechamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Do despacho cassatório exarado pelo Diretor da Polícia Civil, caberá recurso ao titular da Secretaria de Segurança Pública, o qual poderá submeter o caso à apreciação do Conselho Superior de Polícia.

Art. 37. Independente de outras sanções, inclusive penais, os estabelecimentos de hospedagem ficam sujeitos às seguintes penalidades administrativas:

I — Multa de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos maior do Estado.

a) por falta de registro policial na DOPS ou Delegacia local de empregado;

b) por dia de atraso no encaminhamento de ficha de hóspede à repartição policial;

c) pelo não encaminhamento, à entrada de hóspede da ficha respectiva;

d) por ficha de hóspede com dados incompletos ou inexatos, não havendo dolo ou malícia.

II — Multa de 3 (três) a 6 (seis) salários mínimos maior do Estado.

a) por falta do preenchimento da ficha correspondente ou por não registrar a entrada de hóspede;

b) por procurar dificultar a fiscalização policial;

c) por tolerar algazarra ou ruídos de qualquer natureza em hora de repouso noturno;

d) por não exigir do hóspede, quando do preenchimento da ficha, a apresentação de documento hábil de identidade;

e) por tratar discriminadamente a hóspedes.

III — Multa de 6 (seis) a 15 (quinze) salários mínimos maior do Estado.

a) por permitir a permanência de hóspedes sem documento hábil de identidade, salvo com autorização da autoridade policial;

b) por tentar impedir, cercar ou burlar a fiscalização policial;

c) por tolerar que hóspedes, visitante, empregados perturbem ou molestem terceiros ou atentem contra a moral ou o decoro ou, tendo meios de evitá-lo, deixar que tais fatos ocorram;

IV — Multa de 15 (quinze) a 25 (vinte e cinco) salários mínimo maior do Estado.

a) por guardar ou permitir a guarda de coisa que saiba ou deva presumir se destine à prática de delito ou tenha sido obtida por meios ilícitos;

b) por concordar que alguém se hospede sob falsa identidade;

c) por hospedar pessoa sabidamente procurada pela justiça ou pela polícia, sem comunicar o fato à autoridade;

d) por não ter Alvará de licença ou por não providenciar em tempo, a revalidação anual ou por não providenciar na devida época, a transferência de propriedade ou a mudança de nome e de espécie;

e) por não adotar o sistema de ficha de hóspedes;

f) por permitir rasuras em fichas de hóspedes;

g) por desobedecer Decretos, Portarias, Avisos e Instruções formais emanadas de Autoridade competente.

Art. 38. A autoridade competente, para aplicar as penalidades previstas nesta lei é o Delegado de Ordem Política e Social, cabendo recurso, no prazo de dez dias, para o Diretor da Polícia Civil na hipótese de aplicação de multa.

Parágrafo único. As penas de multa podem ser aplicadas no Interior do Estado, pela autoridade policial da jurisdição, cabendo recursos, com efeito suspensivo, no prazo de 15 dias, para o Delegado de Ordem Política e Social, a quem, em qualquer prazo, deve ser comunicada, obrigatoriamente, a aplicação de penalidades.

Art. 39. Após decisão denegatória, em grau recursal, se este for interposto, terá o infrator o prazo de 15 dias, sob pena de cobrança executiva e de aplicação da alínea VII do artigo 32, para efetuar o recolhimento da multa que lhe foi imposta.

Parágrafo único. As multas cobradas por via do Executivo Fiscal o serão pela Procuradoria Geral da Fazenda.

Art. 40. O produto das multas estabelecido no Artigo 37 será recolhido à Conta "Tesouro Geral do Estado Conta Receita", junto ao Banco do Estado do Paraná e revertido ao FUNRESPOL através de Processo regular de pagamento.

Art. 41. A multa não recolhida nos prazos previstos ficará sujeita à correção trimestral, pelos mesmos índices a que alude o artigo precedente.

Art. 42. Verificada infração, passível de aplicação de pena de multa, será lavrado termo que conterá: data e hora da infração; nome e endereço do estabelecimento, natureza da infração; nome e cargo do encarregado da diligência, obrigatoriamente autoridade policial ou agente desta.

Parágrafo único. O termo será assinado pelo encarregado da diligência e pelo proprietário ou responsável pelo estabelecimento ou, quando houver recusa, por duas testemunhas, mencionando-se em observação, tal circunstância.

Art. 43. O termo de verificação de infração será lavrado em duas vias na Capital e três no Interior; a segunda para ser entregue ao infrator e a terceira para ser encaminhada à Delegacia de Ordem Política e Social da Capital.

Art. 44. A primeira via do termo de verificação de infração, depois de devidamente autuada, será encaminhada à Delegacia de Ordem Política e Social da Capital, ou Delegacia de Polícia da área de jurisdição que, em despacho de que se dará ciência ao interessado, aplicará, se for o caso, a penalidade cabível.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 45. O estabelecimento de hospedagem deve manter na portaria, a fim de ser exibida quando solitida, uma tabela de preços de diárias em vigor, aprovada pelo órgão competente e nos aposentos deve ser afixado o regulamento interno respectivo, aprovado devidamente pela Delegacia de Polícia concedente do Alvará.

Art. 46. Os proprietários de estabelecimentos de hospedagem ficam obrigados a apresentar relação nominal de seus empregados à Delegacia de Polícia competente, comunicando, posteriormente todas as alterações que forem procedidas.

Art. 47. Os proprietários responderão solidariamente com seus prepostos pelas faltas e irregularidades praticadas por estes.

Art. 48. O estabelecimento de hospedagem deverá manter na fachada, obrigatoriamente, letreiro indicativo de sua espécie.

Parágrafo único. A autoridade policial providenciará a retirada do letreiro se cassado o Alvará permissivo.

Art. 49. Os estabelecimentos de hospedagem já existentes terão o prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei, para se adaptarem às prescrições administrativas nela contidas.

Art. 50. Os Alvarás e demais atos previstos nesta lei, estarão sujeitos às taxas de segurança estabelecidas na legislação específica e reverterão para o FUNRESPOL.

Art. 51. A Secretaria de Segurança Pública estabelecerá normas de fiscalização da execução desta lei.

Art. 52. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinados a atender as despesas da presente lei.

§ 1.º Para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata este artigo, ficam indicadas como recurso as receitas provenientes desta lei.

§ 2.º A Secretaria da Fazenda processará as liberações financeiras a medida que forem sendo recolhidas as receitas e creditadas em conta do Tesouro do Estado.

Art. 53. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 54. Revogam-se as disposições em contrário.

N.º 13-73-AC

Senhor Governador

Curitiba, 08 de fevereiro de 1973

A legislação estadual referente a hotéis e similares é, unicamente, a contida no Decreto número 5498, de 25 de fevereiro de 1938, insuficiente para atender aos reclamos do comércio hoteleiro e dos problemas sociais e policiais que envolve. Além de superada, em termos de atendimento das implicações fáticas decorrentes da expansão do mercado de hospedagem, em função direta do incremento do turismo, tornou-se tecnicamente inadequada pela modernização das leis pertinentes adotadas em outros Estados da Federação.

O decreto vigente deixa sem previsão legal numerosas formas de comportamento humano que exigem o necessário enfoque legal e a devida solução jurídica.

Nesta matéria, considerando-se a vertiginosa eclosão da população transida a extensão de suas fronteiras, a variedade daqueles fatos e a rapidez de sua sucessividade no meio ambiente, condicionam a solução legal exigindo instrumentos legais adequados ao exercício do controle eficaz e imediato do movimento da população flutuante.

A S. Excia. o Sr.  
Professor PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Digníssimo Governador do Estado do Paraná

São notórias as radicais alterações verificadas nas vias de comunicação do Estado e dos seus efeitos modificadores da fisionomia e dos costumes sociais, com a construção de modernas rodovias que entrecortam o território paranaense facilitando movimentação no interior de suas próprias fronteiras e o acesso e emigração de população de outros Estados, despejando em nosso território grande número de marginais e elementos nocivos à sociedade.

A modificação do meio ambiente social, via de regra, ocasiona a desatualização das normas existentes, tornando-as inapropriadas às suas finalidades e objetivos. É o que ocorre com o Decreto n.º 5498-38, cujas disposições encontram-se ultrapassadas, no tempo, deixando ao desamparo a autoridade policial, desatendida de normas legais, necessárias para o eficaz controle do problema emergente do comércio de hotéis e similares.

A legislação em objeto de proposição, pelas implicações inéditas que acarretará, fará justificar encaminhá-la sob a forma de Mensagem Gover-



namental à egrégia Assembléia Legislativa do Estado, desde que de conteúdo abrangendo matéria tipicamente de essência regulamentar, faz sobressair, no conjunto geral relevante temática legal de conotações jurídico-sociais que só mesmo caberá ao diploma legal normativo a capacidade de discipliná-la.

Diante do exposto, Senhor Governador, permito-me, com o devido acatamento, anexar minuta de anteprojeto de lei, criteriosamente elaborada pela Assessoria Civil desta Pasta, fixando, entre outras, instruções para o registro e fiscalização dos estabelecimentos hoteleiros e para a qual solicito a mercê da aprovação de Vossa Excelência.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço, consideração e estima.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 38-73

## PARECER

O presente Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, tem por objetivo a obrigatoriedade do Registro de Estabelecimentos de Hospedagem no órgão competente da Polícia Civil do Estado do Paraná.

A medida aqui proposta não contraria dispositivos de ordem legal ou constitucional, e, considerando, ainda, a medida justa e oportuna, somos pelo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PROJETO DE LEI N.º 38-73 — Mensagem n.º 23-73 — Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de estabelecimentos de hospedagem no órgão competente da Polícia Civil do Estado do Paraná.

## PARECER

A medida legal proposta pelo Sr. Governador do Estado com o Projeto de Lei em epígrafe é oportuna e meritória.

Realmente, a legislação estadual referente a hotéis e similares remonta ao ano de 1938 e está a demonstrar, permanentemente, sua insuficiência atual. Trata-se de um Decreto do ano antes citado, que já não atende às necessidades do comércio hoteleiro, superado que está ante a enorme expansão do mercado de hospedagem, além de se mostrar tecnicamente inadequado no confronto com a legislação semelhante em vigor noutros Estados.

O Projeto em exame, portanto, dotará a autoridade policial de instrumento legal eficaz para o controle dos problemas que emergem das atividades hoteleiras e similares.

Por assim ser, é FAVORÁVEL o parecer.

Sala das Comissões, em 21-5-1973

(Assinatura Illegível) — Presidente

Arthur de Souza — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 35-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de 20-9-73. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 56-73

## MENSAGEM

35/73

Curitiba, 11 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º, da lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972.

A lei n.º 6.316-72, é a que instituiu a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, e a modificação ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa visa substituir, no art. 3.º da citada lei, um dos imóveis arrolados na constituição do patrimônio da referida Fundação. Assim, o imóvel situado à rua Barão de Antonina n.º 325, nesta Capital, retorna ao patrimônio do Estado, a fim de ser utilizado por outros órgãos da Administração direta, conforme estudos a serem feitos oportunamente, passando, consequentemente, a integrar o patrimônio do I.T.C., o imóvel situado à rua Engenheiro Rebouças, nesta Capital, o qual está devidamente descrito no anexo Plano de Lei.

Certo de que a medida legal proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A letra h, inciso III, do artigo 3.º da Lei n.º 6.316, de 20 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“h — uma área de terreno de forma irregular com 1.398,50 m2, constituída do lote E, com 37,00 m de frente a rua Engenheiro Rebouças; 30,44 m de frente a rua Francisco Nunes da cidade de Curitiba, conforme transcrição n.º 5.133 do Livro 3.º-C, e averbado sob n.º 9.196 do Livro Av. 2 de averbações da 1a. Circunscrição da Comarca de Curitiba”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 56-73

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 35-73, encaminhando a esta Casa de Leis, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972.

## PARECER

A presente Proposição, oriunda da Mensagem Governamental n.º 35-73, encaminha para os fins constitucionais, anteprojeto de Lei que objetiva alte-

rar a redação da letra h, inciso III, do artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 20 de setembro de 1972.

Conforme menciona referida Mensagem, a Lei n.º 6.316-72, e a que instituiu a Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — ITC, e a modificação ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa visa substituir, no art. 3.º da citada Lei, um dos imóveis arrolados na constituição do patrimônio da referida Fundação. Assim, o imóvel situado à rua Barão de Antonina n.º 325, nesta Capital, retorna ao patrimônio do Estado, a fim de ser utilizado por outros órgãos da Administração direta, conforme estudos a serem feitos oportunamente, passando, consequentemente, a integrar o patrimônio do I.T.C., o imóvel situado à rua Engenheiros Rebouças, nesta Capital, o qual está devidamente descrito no anexo Plano de Lei.

Sob o aspecto constitucional, jurídico e legal, a proposição é correta.

Quanto a oportunidade da referida medida, nada há de contestar.

Pela aprovação da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9-5-73

aa) Antônio F.F. da Costa — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovídio Franzoni — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues — Paulo

Camargo — Quêlse Crisóstomo da Silva — Antônio Lopes Júnior

## COMISSÃO DE FINANÇAS

## PROJETO DE LEI N.º 56-73

SÚMULA: Mensagem Governamental n.º 35-73 — Encaminha anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da letra h, inciso III, do Artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 20-9-1972”.

## PARECER

1.) Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 56-73, originário da Mensagem Governamental n.º 35-73, que encaminhou anteprojeto de lei objetivando alterar a redação da letra h, inciso III, do Artigo 3.º, da Lei n.º 6.316, de 29-9-72, nos termos da exposição de motivos devidamente articulada.

2.) Evidenciado desde logo o interesse da administração na alteração pretendida no texto legal citado e legítima sua origem em decorrência de prerrogativa constitucional que defere ao Poder Executivo autorização para iniciativas da natureza da que trata a Mensagem Governamental em testilha e, ainda, considerando ser correto o aspecto formal do Projeto de Lei em análise, esta Comissão de Finanças não vê óbices à sua aprovação.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 18 de maio de 1973

aa) Quêlse Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Gilberto Carvalho — Álvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que seja dado ao contribuinte o direito de pagar espontaneamente o ICM devido por Guia de Informação e Estimativa sem a multa atribuída, e que seja cumprido o previsto no Art. 24, bem como seja sustado o envio dos processos a cobrança judicial até a adoção da medida proposta. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruct, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Antonio Thomé, mantido nas elevadas funções de Presidente de Sunab, consultando da oportunidade em proferir palestra nesta Casa, a respeito das atividades do órgão que preside. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja oficiado à Direção dos Diários e Emissoras Associados do Paraná e da TV — Coroados de Londrina, pela magnífica transmissão a cores, realizada no Município de Paranavai, quando do concurso de Miss Paraná-73, ocasião em que foi eleita a Senhorita Adla Nacli. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando abertura de inquérito administrativo para apurar a responsabilidade de policiais envolvidos em arbitrariedades. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à Casa da Empregada Doméstica de Curitiba. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, apresentado na Comissão de Constituição e Justiça, com o seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente: Como relator designado pela Comissão de Constituição e Justiça, temos em nosso poder o Projeto de Lei n.º 215-72, proposto pelo Poder Executivo, contendo a Mensagem n.º 65-72, na qual o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado propõe a alienação de um terreno com 210 m2, remanescente do Lote n.º 122, da Planta Marina — Centro Cívico.

Diz o Chefe do Executivo, na exposição de motivos, que “os órgãos competentes afirmam que a área não apresenta as mínimas condições de utilização pela administração estadual” por ter ficado reduzida a 7 m de frente para a Rua Papa João XXIII, em consequência de novo alinhamento dado à Rua Rio Negro.

Como, em princípio, somos contra qualquer alienação do patrimônio imobiliário do Estado, achando que as áreas devem ser usadas quando muito para permutas, pois as vendas nada representam para as finanças do erário, cuidamos, antes de qualquer opinião, de ver a área. Já de início pareceu-nos que os dados contidos no anteprojeto não condizem com a verdade: o terreno, em pleno Centro Cívico, não aparenta inservibilidade. Cuidamos, portanto, de também mandar conferir as metragens e verificamos, com espanto, que a treina dos “órgãos competentes” do Executivo está com inaceitável margem de erro. Na realidade, o lote em questão tem quase nove metros de frente para a Rua Papa João XXIII, com um total de aproximadamente 270 m2, e sendo localizado numa esquina é plenamente edificável, não se justificando a alienação.

Assim sendo, requer o Deputado que adiante subscreve, após ouvido o



Plenário, na forma Regimental, seja devolvido ao Executivo o Projeto de Lei 215-72, acompanhado das razões aqui expostas.

Sala das Sessões, 5 de abril de 1973.

a) Erondy Silvério

Sobre o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, no seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja convertido em diligência junto ao Poder Executivo o Projeto de Lei n.º 215-72, a fim de serem respondidas as questões levantadas pelo Relator da C.C.J., em documento de fls. 7, ficando em consequência prejudicado o referido pedido de devolução do citado plano de lei ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1973.

a) Cândido Martins de Oliveira"

Em votação o Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira. — Aprovado. Fica prejudicado o Requerimento do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10-72, 161-72, 165-72, 5-73, 47-73 e do Projeto de Resolução n.º 16-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 96-72, 3-73, 22-73, 38-73 e 56-73.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 6-73 e de Resolução n.ºs 12-73 e 36-73.

Levanta-se a Sessão.